



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 08320.022246/2012-73**

**1. OBJETO**

1.1. Registro de preços para eventual contratação, sob o menor custo possível, de empresa especializada em serviços de transporte rodoviário de mobiliário em geral, compreendendo cargas, bagagem e demais objetos de propriedade ou interesse do Departamento de Polícia Federal e de seus servidores, em caminhão fechado, tipo baú, abrangendo todo o território nacional (local de origem e destino).

1.2. O transporte de mobiliário e bagagens de propriedade dos servidores públicos civis regidos pela Lei nº. 8.112/90, inclusive de seus dependentes, que, no interesse da Administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, será realizado nos termos e limites estabelecidos no Decreto nº. 4004 de 08 de novembro de 2.001 da Presidência da República.

1.3. A contratação compreenderá **item único**, dividido em 04 (quatro) distintas faixas de distância, abaixo discriminado:

ITEM 01	CUSTOS ESTIMADOS			
	FAIXAS DE DISTÂNCIA (KM)	METRAGE M (M²)	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO POR FAIXA (R\$) *	VALOR ANUAL MÁXIMO POR FAIXA (R\$) *
	0-1000	66	0,1871	12.346,40
	1001-2400	66	0,1003	15.882,24
	2401-3800	66	0,0936	23.474,88
	3801-5200	66	0,0844	28.966,08
A= Valor máximo <b>anual</b> admitido para eventual contratação				<b>80.669,60</b>
B= Valor máximo <b>mensal</b> admitido para eventual contratação (B= A/12 meses)				<b>6.722,47</b>

\*Constam nos itens 6 e 10 deste Termo a fórmula de cálculo utilizada para atingir os valores citados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

## **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A contratação tem por finalidade atender a necessidade eventual de transporte de bens de propriedade ou de interesse do Departamento de Polícia Federal, que necessitem ser transferidos de uma localidade a outra do País, no cumprimento dos diversos serviços, policiais ou administrativos, desenvolvidos pelo Órgão.

2.2. Visa ainda garantir ao servidor público civil que, no interesse da Administração, for transferido para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, o transporte de mobiliário, bagagem e bens pessoais, inclusive de seus dependentes.

## **3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO MEDIANTE SRP**

3.1. O dispêndio com o referido serviço apresenta-se de forma bastante diversa e imprevisível, considerando a existência de fatores diversos que influenciam no valor final da despesa a ser executada anualmente, advindas ora pela demanda de transporte de bens de propriedade ou de interesse da Polícia Federal, ora pela remoção de servidores para novas localidades.

## **4. MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS (Metragem estimada em M³)**

4.1. No intento de buscar o menor preço possível para esta contratação, e diante da diversidade de destinos possíveis para a realização dos transportes, efetuamos a divisão do item em distintas faixas de distância.

4.2. Assim, diante da impossibilidade de se prever a quantidade exata de servidores que poderão ser removidos, bem como os eventuais locais de destino, dimensionamos 02 (duas) mudanças cheias (33M³) para cada faixa licitada, conforme tabela abaixo:

ITEM 01	Distância em km	Metragem (M³)
	Distância de 0 a 1.000 Km	66
	Distância de 1.001 a 2.400 Km	66
	Distância de 2.401 a 3.800 Km	66
	Distância de 3.801 a 5.200,00 Km	66

4.3. Foram consultadas diversas empresas com o objetivo de se apurar o preço médio praticado para este tipo de serviço, conforme documentos constantes no Anexo I do presente. Excluímos o orçamento apresentado pela **JJ BRUSTOLIN**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**MUDANÇAS E TRANSPORTES ME, CNPJ 73.832.222/0001-44, o qual mantivemos anexo a este Termo de Referência, pois trouxe valores excessivamente acima dos demais orçamentos. Assim, a planilha de custos foi formada com os seguintes preços:**

ITEM 01	CUSTO ESTIMADO					
	Preço médio unitário M³ / Km ( POR FAIXA) *					
	FAIXA (KM)	METRAGE M (M³)	PE 02/2012-SR/CE VALOR DO KM RODADO POR M³ (R\$)	GRANERO VALOR DO KM RODADO POR M³ (R\$)	CONFIANÇA VALOR DO KM RODADO POR M³ (R\$)	PREÇO MÉDIO
	0-1000	66	0,1618	0,1630	0,2364	0,1871
	1001-2400	66	0,0862	0,0833	0,1313	0,1003
	2401-3800	66	0,0769	0,0939	0,1100	0,0936
	3801-5200	66	0,0750	0,0873	0,0909	0,0844
A= Valor máximo <b>anual</b> admitido para eventual contratação					80.669,60 **	
B= Valor máximo <b>mensal</b> admitido para eventual contratação (B= A/12 meses)					6.722,47 **	

\* No cálculo foram consideradas apenas 4 (quatro) casas decimais.

\*\*Consta nos itens 6 e 10 deste Termo a fórmula de cálculo utilizada para atingir os valores citados.

4.4. A tabela abaixo apresenta alguns dos destinos prováveis para onde poderão ser transportados os mobiliários e demais objetos no interesse da SR/DPF/MT e de seus servidores removidos no interesse da Administração, considerando a estimativa em metros cúbicos, por faixa de distância, bem como o preço médio unitário M³ / Km e valor total estimado:

UNIDADE	MUNICÍPIO
1. SR/DPF/AC	Rio Branco
2. DPF/EPA/AC	Epitaciolândia
3. DPF/CZS/AC	Cruzeiro do Sul
4. SR/DPF/AL	Maceió
5. SR/DPF/AM	Manaus
6. DPF/TBA/AM	Tabatinga
7. SR/DPF/AP	Macapá
8. DPF/OPE/AP	Oiapoque
9. SR/DPF/BA	Salvador
10. DPF/ILS/BA	Ilhéus
11. DPF/JZO/BA	Juazeiro
12. DPF/PSO/BA	Porto Seguro
13. DPF/VDC/BA	Vitória da Conquista
14. DPF/JNE/CE	Juazeiro do Norte
15. SR/DPF/DF	Brasília
16. SR/DPF/ES	Vitória
17. DPF/SMT/ES	São Mateus
18. DPF/CIT/ES	Cachoeiro do Itapemirim



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

19.	SR/DPF/GO	Goiânia
20.	DPF/ANS/GO	Anápolis
21.	DPF/JTI/GO	Jataí
22.	SR/DPF/MA	São Luís
23.	DPF/ITZ/MA	Imperatriz
24.	DPF/CXA/MA	Caxias
25.	SR/DPF/MG	Belo Horizonte
26.	DPF/GVS/MG	Governador Valadares
27.	DPF/JFA/MG	Juiz de Fora
28.	DPF/MOC/MG	Montes Claros
29.	DPF/UDI/MG	Uberlândia
30.	DPF/URA/MG	Uberaba
31.	DPF/DVS/MG	Divinópolis
32.	DPF/VAG/MG	Varginha
33.	SR/DPF/MS	Campo Grande
34.	DPF/CRA/MS	Corumbá
35.	DPF/DRS/MS	Dourados
36.	DPF/NVI/MS	Naviraí
37.	DPF/PPA/MS	Ponta Porã
38.	DPF/TLS/MS	Três Lagoas
39.	SR/DPF/MT	Cuiabá
40.	DPF/BRG/MT	Barra do Garças
41.	DPF/CAE/MT	Cáceres
42.	DPF/ROO/MT	Rondonópolis
43.	DPF/SIC/MT	Sinop
44.	SR/DPF/PA	Belém
45.	DPF/ATM/PA	Altamira
46.	DPF/SNM/PA	Santarém
47.	DPF/MBA/PA	Marabá
48.	DPF/RDO/PA	Redenção
49.	SR/DPF/PB	João Pessoa
50.	DPF/CGE/PB	Campina Grande
51.	DPF/PAT/PB	Patos
52.	SR/DPF/PE	Recife
53.	DPF/CRU/PE	Caruaru
54.	DPF/SGO/PE	Salgueiro
55.	SR/DPF/PI	Teresina
56.	DPF/PHB/PI	Parnaíba
57.	SR/DPF/PR	Curitiba
58.	DPF/PGZ/PR	Ponta Grossa
59.	DPF/PNG/PR	Paranaguá
60.	DPF/GPB/PR	Guarapuava
61.	DPF/CAC/PR	Cascavel
62.	DPF/MGA/PR	Maringá
63.	DPF/LDA/PR	Londrina
64.	DPF/GRA/PR	Guaíra
65.	DPF/FIG/PR	Foz do Iguaçu
66.	SR/DPF/RJ	Rio de Janeiro
67.	DPF/NRI/RJ	Niterói
68.	DPF/NIG/RJ	Nova Iguaçu
69.	DPF/ARS/RJ	Angra dos Reis



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

70.	DPF/VRA/RJ	Volta Redonda
71.	DPF/GOY/RJ	Campos dos Goytacazes
72.	DPF/MCE/RJ	Macaé
73.	SR/DPF/RN	Natal
74.	DPF/MOS/RN	Mossoró
75.	SR/DPF/RO	Porto Velho
76.	DPF/GMI/RO	Guajará-Mirim
77.	DPF/JPN/RO	Ji-Paraná
78.	DPF/VLA/RO	Vilhena
79.	SR/DPF/RR	Boa Vista
80.	DPF/PAC/RR	Pacaraima
81.	SR/DPF/RS	Porto Alegre
82.	DPF/BGE/RS	Bagé
83.	DPF/CHI/RS	Chuí
84.	DPF/CXS/RS	Caxias do Sul
85.	DPF/JGO/RS	Jaguarão
86.	DPF/LIV/RS	Santana do Livramento
87.	DPF/PFO/RS	Passo Fundo
88.	DPF/PTS/RS	Pelotas
89.	DPF/RGE/RS	Rio Grande
90.	DPF/SAG/RS	Santo Ângelo
91.	DPF/SBA/RS	São Borja
92.	DPF/SCS/RS	Santa Cruz do Sul
93.	DPF/SMA/RS	Santa Maria
94.	DPF/UGA/RS	Uruguaiana
95.	DPF/CCM/SC	Criciúma
96.	DPF/DCQ/SC	Dionísio Cerqueira
97.	DPF/IJI/SC	Itajaí
98.	DPF/JVE/SC	Joinville
99.	DPF/LGE/SC	Lages
100.	DPF/XAP/SC	Chapecó
101.	SR/DPF/SE	Aracaju
102.	SR/DPF/SP	São Paulo
103.	DPF/ARU/SP	Araçatuba
104.	DPF/AQA/SP	Araraquara
105.	DPF/BRU/SP	Bauru
106.	DPF/CAS/SP	Campinas
107.	DPF/CZO/SP	Cruzeiro
108.	DPF/JLS/SP	Jales
109.	DPF/MII/SP	Marília
110.	DPF/PCA/SP	Piracicaba
111.	DPF/PDE/SP	Presidente Prudente
112.	DPF/RPO/SP	Ribeirão Preto
113.	DPF/SJE/SP	São José do Rio Preto
114.	DPF/SJK/SP	São José dos Campos
115.	DPF/SOD/SP	Sorocaba
116.	DPF/SSB/SP	São Sebastião
117.	SR/DPF/TO	Palmas
118.	DPF/AGA/TO	Araguaína



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**\* Esta planilha é apenas estimativa de cidades destinos e metros cúbicos, podendo ser utilizado até o valor global do contrato.**

## **5. MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

5.1. Os serviços objetos do presente termo de referência caracterizam-se como comuns, haja vista poderem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

5.2. Dessa forma, a licitação será realizada por meio da modalidade **Pregão – Sistema de Registro de Preços**, na forma **eletrônica**, que observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002; do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto n.º 3.722 de 09 de janeiro de 2001; alterado pelo Decreto n.º 4.485, de 25 de novembro de 2002; do Decreto n.º 4.358 de 05 de julho de 2002; do Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000; do Decreto n.º 3.931 de 19 de setembro de 2001, da Instrução Normativa MARE n.º 05 de 21 de julho de 1995, Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02 de 30 de abril de 2008; da Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de dezembro de 2006; Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007; e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações; demais cominações legais, e, Subordinado às condições e exigências estabelecidas no Edital do Pregão n.º \_\_\_\_/2012-SR/DPF/MT e seus Anexos.

## **6. JULGAMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, considerados inclusos tributos, tarifas e todas as demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.2. Os lances serão **ofertados em valor mensal**, porém, na formulação de suas propostas os licitantes deverão considerar o valor unitário do metro cúbico a ser transportado em cada faixa de distância a ser percorrida ( $M^3 / Km$ ).

6.3. Após a fase de lances o licitante vencedor deverá encaminhar planilha com a distribuição do valor ofertado (valor unitário mensal x 12 meses), distribuído de acordo com a respectiva faixa de distância, quantidade de  $m^3$  estimados, valor unitário do  $m^3/Km$  por faixa, valor global do item.

6.4. A planilha poderá ser solicitada via sistema eletrônico do *comprasnet*, portanto, logo após a finalização dos lances os licitantes deverão mantê-la disponível de forma a atender uma possível requisição de encaminhamento, via sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

6.5. O licitante formulará o lance eletronicamente via sítio eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com o menor preço mensal. Posteriormente, quando requerido pelo Pregoeiro, o licitante vencedor, encaminhará proposta, tendo por base a tabela abaixo:

ITEM 01	FAIXA DE DISTÂNCIA	QUANTIDADE ESTIMADA m³	VALOR UNITÁRIO M³ / km	VALOR GLOBAL ( VLR.MENSAL OFERTADO X 12MESES)
	Distância de 0 a 1.000 Km	66		
	Distância de 1.001 a 2.400 Km	66		
	Distância de 2.401 a 3.800 Km	66		
	Distância de 3.801 a 5.200 Km	66		
TOTAL GLOBAL ESTIMADO PARA PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES				
TOTAL MENSAL				
Percentual estimado para seguro				1%

**Exemplo do cálculo, conforme dados constantes na faixa (1):** x,xx (VU - Valor unitário do metro cúbico por faixa) x 66 (MM – Metragem da mudança) x 1.000 (DP – Distância percorrida) = R\$ xxxxxx (Total em valor estimado para a faixa considerando o período de 12 (doze meses).

6.6. Para fins de elaboração de suas propostas, os licitantes deverão ater-se a valorar o “VALOR UNITÁRIO M³ / Km rodado por faixa”.

6.7. Os licitantes deverão considerar em suas propostas todas as obrigações advindas da execução do contrato, contidas neste Termo de Referência, principalmente com as:

- Despesas relativas ao acondicionamento/embalagem dos bens de maneira apropriada para o transporte adequado e seguro, empregando todo material necessário, tais como papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta etc, inclusive desmontando e remontando os mobiliários ou quaisquer outros afins, quando necessário;
- Distâncias percorridas, para fins de cálculo e pagamento do valor devido pelo serviço executado, que serão computadas apenas aquelas entre as cidades de origem e destino, devendo ser previsto e dissolvido no custo empresarial o tráfego interno nas cidades quando da retirada, eventual armazenamento e entrega de bens.
- Despesas de armazenamento/depósito dos bens por até 20 (vinte) dias na cidade de destino, quando solicitado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

6.8 As propostas deverão ainda conter o seu prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da apresentação; dados do licitante e do representante: razão social, endereço e CNPJ/MF / RG ou CPF .

## **7. PERÍODO DE EXECUÇÃO**

7.1. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

7.2. Será providenciada pela CONTRATANTE a publicação resumida do contrato no Diário Oficial da União, como condição para eficácia legal, correndo as despesas por sua conta.

## **8. PAGAMENTO DE FATURAS**

8.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados, a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal do Contrato indicado pela autoridade competente da Superintendência Regional do DPF/MT com aval do servidor beneficiário do transporte, ou daquele que recebeu a mudança ou materiais no destino, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada.

8.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto inadimplida qualquer obrigação financeira que lhe fora imposta em virtude de penalidade na execução dos serviços.

8.3. Antes da efetivação de qualquer pagamento à CONTRATADA, será efetuada consulta “on line” junto ao SICAF ou por meio da documentação a ser anexada à fatura nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93, incisos III e IV, para fins de verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

8.4. Havendo erro no documento de cobrança - Notas Fiscais/Faturas, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o respectivo pagamento ficará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

sobrestado até que a CONTRATADA providencie o saneamento das pendências, não implicando, neste caso, quaisquer ônus à CONTRATANTE.

8.5. Para execução do pagamento a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra legível, além do nome e CNPJ da CONTRATANTE (Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso - CNPJ nº 00.394.494/0028-56), o nome do banco, o número da agência e da conta bancária na qual o pagamento será efetivado.

8.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, ainda que de titularidade de filiais ou da matriz. Em hipótese alguma será realizada a quitação da Nota Fiscal/Fatura com número de CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços.

8.7. Quaisquer alterações nos dados bancários da CONTRATADA deverão ser antecipadamente comunicadas ao NEOF/SR/DPF/MT, por meio de carta ou outro meio de comunicação, preferencialmente, identificando os dados na Nota Fiscal. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos provenientes da falta ou falha de comunicação da mesma.

8.8. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA e, em não sendo suficiente, poderá deduzir dos pagamentos subsequentes.

## **9. ENCARGOS MORATÓRIOS**

9.1. Ante a inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, isto é, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$
-----------------------------

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9.2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o procedimento deverá ser instruído com as justificativas e motivos, e submetido à apreciação da autoridade superior competente, que apreciará a necessidade ou não de apuração de responsabilidades, identificando os envolvidos e imputando, caso necessário, penalidades a quem deu causa.

## 10. PREÇO

10.1. O valor a ser pago terá por base aquele ao qual se vinculou o licitante vencedor na sua proposta e planilha apresentadas no certame licitatório, que deverá englobar todos os custos que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto, inclusive despesas referentes a impostos, taxas, pedágios, utilização de balsas, fretes, etc.

10.2. O cálculo do valor devido por mudança será precedido de verificação da distância entre as cidades de origem e destino, em seguida proceder-se-á ao enquadramento na respectiva faixa de distâncias para constatação do valor unitário do metro cúbico transportado por quilômetro rodado ( $M^3$  transportado / Km rodado) a ser utilizado no cálculo.

10.3. O valor unitário  $M^3$  transportado / Km rodado, dentro da respectiva faixa de distância, será multiplicado pelo total de metros cúbicos transportados e distância percorrida, sendo somado a tal produto o seguro de 1% (um por cento) incidente sobre o valor dos bens transportados, conforme a seguir demonstrado.

10.3.1. Para o cálculo da proposta, bem como para medição dos serviços na futura contratação, deverá ser usada a fórmula abaixo para cada faixa de distância previstas no subitem 4.2 deste Instrumento:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**FÓRMULA PARA APURAÇÃO DO VALOR DO  
M<sup>3</sup> TRANSPORTADO / KM RODADO**

$MM \times DP \times VU$
--------------------------

**Onde:**

**MM:** Metragem da Mudança (Total de M<sup>3</sup> apurado);

**DP:** Distância Percorrida;

**VU :** Valor Unitário do M<sup>3</sup> para a faixa (M<sup>3</sup> / Km).

**SE :** O valor referente ao seguro no ato da emissão na nota fiscal será adicionado ao cálculo acima.

**SEGURO:** Percentual de 1% que será calculado sobre a avaliação dos bens móveis a serem transportados. Nos casos de transporte de bens de propriedade de servidores públicos deste Órgão, a CONTRATANTE pagará o seguro somente sobre a metragem máxima a que terá direito o servidor.

**Exemplo:**

\* Valor avaliado dos móveis a que terá direito o servidor: R\$ 30.000,00 x 1% = 300,00

\*  **$VTF = MM \times DP \times VU + SE$**

DP: 1.000 km x MM: 33 m<sup>3</sup> x VU: 0,19 = 5.270,00 + SE 1% 300,00 = VTF 5.570,00, onde:

DP: Distância percorrida;

MM: Metragem da Mudança (M<sup>3</sup>) apurado;

VU: Valor unitário (m<sup>3</sup>);

SE: Estimado em 1%;

VTF: Valor total do frete.

10.4. Na formulação da proposta deverá ser considerada a distância e o volume máximo de cada faixa de quilometragem prevista no subitem 4.2. Assim, o valor a ser ofertado será a soma das quantidades totais de cada faixa, dividida em 12 (doze) meses.

10.5. A administração chega ao valor máximo **anual** admitido para eventual contrato em **R\$ 80.669,64** (oitenta mil seiscentos e sessenta e nove reais, e sessenta e quatro centavos) e **R\$ 6.722,47** (seis mil setecentos e vinte e dois reais, e quarenta e sete centavos) **mensais**.

10.6. Quanto ao aferimento das distâncias a serem percorridas, para fins de cálculo e pagamento do valor devido pelo serviço executado, serão observadas aquelas entre as **cidades de origem e destino**.

**11. FAIXAS DE DISTÂNCIA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

11.1. A divisão em faixas de quilometragem além de ser a metodologia mais utilizada neste tipo de procedimento é, economicamente, a mais viável, já que os valores podem variar dependendo da faixa a ser escolhida. Além disso, as referidas faixas foram estipuladas em razão da previsão de localidades com maior fluxo de remoção, bem como baseando-se nas distâncias entre as Delegacias do interior deste Estado.

11.2. Para fins de obtenção das distâncias entre as cidades será utilizado, sempre que possível, o **Quadro de Distâncias Rodoviárias do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes**, por meio da *internet* no link <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp> ou [www.dnit.gov.br](http://www.dnit.gov.br) >> “SERVIÇOS” >> “DISTÂNCIA ENTRE CIDADES”.

11.3. As distâncias entre cidades não informadas no Quadro do DNIT poderão ser aferidas por outros métodos, desde que convenientes e aprovados pela CONTRATANTE.

## 12. QUANTIDADE DE M<sup>3</sup> TRANSPORTADOS

12.1. Quando do transporte de mobiliário, bagagem e bens pessoais de propriedade do servidor público civil, nos casos previstos em lei, a CONTRATANTE observará, para o custeamento do respectivo transporte, os limites previsto no Decreto nº. 4.004/01, ou outra norma que vier a substituí-lo.

12.1.1. Nos casos do subitem acima, e conforme previsto no supracitado regulamento, a CONTRATANTE custeará o transporte de, no máximo, **33m<sup>3</sup> (trinta e três metros cúbicos) para cada servidor público**, assim distribuídos: 12m<sup>3</sup> (doze metros cúbicos) para o servidor, 12m<sup>3</sup> (doze metros cúbicos) para cônjuge ou companheiro e 3m<sup>3</sup> (três metros cúbicos) para cada dependente, limitando-se ao número máximo de (03) três dependentes.

12.1.2. Nos casos em que o transporte de mobiliário, bagagem e bens pessoais do servidor público ultrapassar o sobredito limite de metros cúbicos fixado em lei para custeamento pela CONTRATANTE, **a CONTRATADA deverá cobrar tal excedente diretamente do servidor, praticando os valores vigentes no contrato.**

12.2. Caso haja discordância relativa à quantidade de metros cúbicos medida pela CONTRATADA para transporte, o servidor beneficiário ou a CONTRATANTE, poderão solicitar 03 (três) orçamentos em empresas de transporte de mobiliário, podendo valer-se do sistema de orçamento “on-line” via Internet. A média aritmética de M<sup>3</sup> obtida com estes orçamentos, servirá de parâmetro para a definição da quantidade de M<sup>3</sup> a ser transportada pela CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

12.3. O seguro de 1% (um por cento) sobre o valor dos bens transportados, destinado para fins de ressarcimento em caso de roubo, dano ou acidente em trânsito, incidirá apenas sobre aqueles cujo valor do transporte é custeado pela CONTRATANTE.

### **13. FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A CONTRATADA deverá executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades, subcontratação ou associação com outrem, total ou parcial. Não serão admitidas ainda a fusão, cisão ou incorporação, salvo as situações previamente aceitas pela CONTRATANTE, a seu critério, objetivando a melhor gestão do contrato e o atendimento dos fins pretendidos pela Administração Pública.

13.2. Na execução do contrato a CONTRATADA, sem prejuízos das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço, até o limite admitido, em cada caso, pela CONTRATANTE desde que previamente autorizado.

13.3. O transporte deverá ser efetuado no sistema direto e exclusivo (porta-a-porta), com o acompanhamento de, no mínimo, dois (2) empregados da CONTRATADA.

13.4. Na execução do serviço a CONTRATADA deverá utilizar caminhões fechados do tipo baú, e produtos adequados ao perfeito acondicionamento, segurança e proteção dos bens transportados, assim como mão-de-obra técnica qualificada.

13.5. Os funcionários e os veículos utilizados na execução deste serviço deverão, OBRIGATORIAMENTE, possuir identificação visível da CONTRATADA.

13.6. Os serviços serão solicitados pela Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado de Mato Grosso por meio de Ordem de Serviço, enviada via fax ou e-mail por servidor previamente designado, devendo a CONTRATADA informar imediatamente a data e horário previsto para a coleta dos mobiliários, que deverá ocorrer em até **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, computando-se o dia em que esta foi expedida.

13.6.1. A data/hora prevista para a coleta do mobiliário não poderá ser alterada sem prévia ciência e autorização do Fiscal do Contrato – a ser designado pela CONTRATANTE.

13.6.2. A solicitação de serviço informará a quantidade de metros cúbicos custeados pela CONTRATANTE, tipo de material a ser transportado e os endereços de retirada e entrega de bens, além de outras informações que se julgarem necessárias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

13.7. A CONTRATADA deverá embalar/acondicionar os bens de maneira apropriada para o transporte adequado e seguro, observando sua fragilidade, principalmente quando se tratar de louças, cristais, porcelanas e demais objetos frágeis. Para tanto, deverá ser utilizado todo material necessário, tais como papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiquetas, etc., inclusive desmontando móveis, prateleiras ou quaisquer outros bens, quando necessário.

#### **14. PROCEDIMENTOS PARA O TRANSPORTE**

14.1. A CONTRATADA deverá adotar os procedimentos mínimos, a seguir enumerados, para o transporte dos bens:

14.1.1. No endereço de origem: desmontar e embalar os bens.

14.1.2. No endereço de destino: desembalar, montar (para os bens desmontados no endereço de origem) e retirar do ambiente os materiais utilizados no acondicionamento e embalagem tais como: fitas, papelão, madeiras, pregos, cobertores, plásticos, etc.

14.1.3. Transportar os bens em caminhão fechado, do tipo baú, forrado em seu interior com material adequado para proteção dos bens.

14.1.4. Embalar os bens, da seguinte forma:

a) Cristais, louças, pratarias, porcelanas, adornos, objetos de pequeno porte ou miudezas:

- Acondicionada em caixas de papelão triplex, protegidas com polibolha, papel de seda ou palha e fechadas com fita adesiva.

b) Móveis, eletrodomésticos e demais objetos de grande porte:

- Envolvidos em papel ondulado, plástico bolha ou, se necessário, acolchoados.

c) Discos, televisores, aparelhos de som e demais aparelhos eletrônicos:

- Protegidos em papel de seda enchumado e plástico polibolha, depois acondicionados em caixas sob medida.

d) Roupas de cabide:

- Acondicionadas em caixas porta-roupas.

e) Roupas de uso pessoal, cama, mesa, banho e outros artigos semelhantes:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- Acondicionadas em saco plástico fechado, em caixas de papelão apropriados ou de outro material mais resistente, de acordo com a natureza do bem a ser transportado;

f) Tapetes e colchões:

- Enrolados e embalados com papel resistente ou plástico

g) Quadros, gravuras, pinturas e objetos da mesma natureza ou espécie, espelhos, tampos de vidro, mármore ou pedras com cartonagem ou material de proteção similar:

- Acondicionados em caixas ou engradados de madeiras sob medida, após serem protegidos por embalagem de plástico, papel ondulado e polibolha

h) Ferramentas e utensílios de pequeno porte:

- Acondicionados em caixa de papelão triplex, ou material de proteção de mesma natureza ou espécie.

14.2. Os materiais, ao serem acondicionados no caminhão, deverão receber proteção de cobertores e acolchoados, evitando-se contatos diretos com as paredes internas e com o restante da bagagem.

14.3. Quando da entrega dos bens, no local de destino, a CONTRATADA deverá remontar os móveis, prateleiras ou quaisquer outros que foram desmontados quando da retirada no local de origem.

14.4. Caso seja dispensado o serviço de desmontar/montar móveis ou de embalar os bens para transporte, a CONTRATADA ainda assim deverá fornecer os materiais necessários ao devido acondicionamento (papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta, etc), entregando-os no local indicado pela CONTRATANTE., com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

14.5. Todas as providências, serviços e materiais necessários para embalar/acondicionar e desmontar/montar os bens a serem transportados serão inteiramente arcados pela CONTRATADA.

14.6. A CONTRATADA deverá providenciar, quando solicitado, o armazenamento/depósito dos bens transportados por até **20 (vinte) dias**, contados da chegada na cidade de destino, arcando com as todas as despesas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

14.7. A entrega dos bens deverá ser efetuada mediante recibo e somente no local de destino informado pela CONTRATANTE na respectiva Ordem de Serviço.

14.8. Durante toda a prestação do serviço deverão os empregados da CONTRATADA estar devidamente uniformizados e identificados.

**15. PRAZO DE ENTREGA**

15.1. Os bens deverão ser entregues no local de destino nos seguintes prazos, contados a partir da data de expedição da ordem de execução do serviço:

FAIXA	DISTÂNCIA	PRAZO EM DIAS CORRIDOS
1	Distância de 0 a 1.000 Km	<b>08</b>
2	Distância de 1.001 a 2.400 Km	<b>12</b>
3	Distância de 2.401 a 3.800 Km	<b>15</b>
4	Distância de 3.801 a 5.200 Km	<b>20</b>

15.2. Os prazos são imprescindíveis para a satisfação do objetivo contratual, estando a CONTRATADA **passível de sanções no caso de descumprimento**.

**16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. Cumprir fielmente, além da lei 8.666/93 e demais normas afins, todas as demais disposições previstas neste Termo de Referência e no respectivo Edital e no Contrato.

16.2. Informar previamente à CONTRATADA o rol de servidores habilitados (fiscal e substituto) competentes para requerer o serviço de transporte.

16.3. Adotar medidas que privilegiem o controle eficiente e maior funcionalidade operacional do contrato.

16.4. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93, notadamente nos artigos 67 e 73.

16.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato.

16.6. Proceder ao pagamento do contrato, sempre que possível, na forma e prazo pactuados.

16.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

16.8. Fornecer à CONTRATADA, sempre que necessitar dos serviços contratados, a competente “Ordem de Requisição de Serviço de Transporte para Mobiliário”, devidamente assinada.

16.9. Publicar o extrato do contrato no Diário Oficial da União.

**17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. Cumprir fielmente, além da lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis, todas as demais disposições previstas no Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

17.2. Responder por todos e quaisquer ônus referentes à prestação do serviço ora contratado, e demais despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, tais como: encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, taxas, impostos, pedágios, transposição de acidentes geográficos por balsas e quaisquer exigências legais ou regulamentares que venham a incidir, obrigando-se a saldá-las na época própria.

17.3. Prestar o serviço com eficiência e celeridade, resultando em um atendimento de alta qualidade, auxiliando em esclarecimentos que forem solicitados e atendendo a eventuais reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, objetivando uma relação de parceria para maior funcionalidade operacional.

17.4. Observar as normas legais a que está sujeita para a realização dos serviços de que trata este instrumento, **devendo possuir Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC**, segundo prescrição da Lei 10.233, de 5 junho de 2001, Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007 e a Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009, da ANTT.

17.5. Responsabilizar-se pela integridade dos bens a serem transportados, desde a sua retirada no local de origem até a efetiva entrega no local indicado de destino, inclusive durante o tempo de armazenamento/depósito. A CONTRATANTE deverá indenizar a CONTRATADA, ou o servidor público proprietário do bem, por eventuais avarias ou perdas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da notificação.

17.6. Transportar a mudança de porta-a-porta, com acompanhamento de, no mínimo, 02 empregados da empresa, da origem para o endereço de destino indicado, desmontando e embalando todos os pertences do servidor quando da realização da mudança, a partir da requisição de serviço por esta SR/DPF/MT.

17.7. Manter o pessoal da empresa devidamente uniformizado ou com crachá de identificação, e em completas condições de postura e segurança, quando em serviço nas instalações da CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

17.8. Realizar a medição da carga a ser transportada à vista de servidor indicado para tal fim - em se tratando de transporte de bens de propriedade ou interesse da CONTRATANTE, ou do servidor beneficiário do serviço – nos casos de transporte de mudança de servidor publico removido.

17.8.1. A CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE ou com o agente público a ser removido, estabelecerá a data e a hora em que se realizará a medição da carga, emitindo uma **planilha** contendo o levantamento físico do mobiliário com descrição dos bens, quantidades e unidades em metros cúbicos.

17.8.2. Após devidamente assinada e identificada pelo funcionário da CONTRATADA, uma via original da planilha deverá ser encaminhada ao Fiscal do Contrato indicado pela CONTRATANTE.

17.9. Entregar os bens transportados no local de destino, em perfeita ordem, mediante recibo datado e assinado pelo servidor transferido ou responsável indicado pelo recebimento da mudança, contendo a confirmação de que os serviços foram prestados de modo satisfatório.

17.10. Embalar/acondicionar os bens de maneira apropriada para o transporte adequado e seguro, notadamente quando se tratar de louças, cristais, porcelanas e demais objetos frágeis. Para tanto, deverá empregar todo material necessário, tais como papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta etc, inclusive desmontando móveis, prateleiras ou quaisquer outros afins, quando necessário. Quando da entrega dos bens, no local de destino, a CONTRATADA deverá remontar os móveis, prateleiras ou quaisquer outros que foram desmontados quando da retirada no local de origem.

17.11. Todas as providências, serviços e materiais necessários para embalar/acondicionar e desmontar/montar os bens a serem transportados serão inteiramente arcados pela CONTRATADA.

17.12. Comunicar de imediato e por escrito à CONTRATANTE qualquer irregularidade que surgir durante a vigência deste contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados em relação ao contrato.

17.13. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.14. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE ou seus servidores, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

17.15. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

17.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, aquele serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na sua execução.

17.17. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar, durante a execução dos serviços, nos locais de origem e destino (vidros, pisos, revestimentos, paredes, aparelhos, veículo, etc), assumindo o ônus de efetuar os necessários reparos ou substituições, de maneira a restabelecer a condição anterior do local/objeto danificado.

17.18. Proceder à entrega da carga no destino, de acordo com os prazos máximos previstos no Edital e Termo de Referência. Advindo algum motivo que impossibilite o cumprimento do transporte no prazo pactuado, a CONTRATANTE deverá ser comunicada das razões, por escrito, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes daquele estabelecido para conclusão do serviço.

17.19. O preço cotado já deverá contemplar todas as despesas incidentes direta ou indiretamente na prestação dos serviços (embalagens, mão-de-obra, licenças, guias, alvarás, pedágios, transbordo, eventuais serviços de balsas, impostos, seguros etc).

17.20. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução do contrato.

17.21. Apresentar Apólices de Seguro referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga – (RCTR-R) e ao Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil Facultativo do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RFC-DC) e outros, se for o caso.

**18. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

18.1. O valor estimado para o contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento), a qualquer tempo e no interesse da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, desde que mantidas as mesmas condições contratuais, conforme previsto no § 1º, do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

18.2. As alterações do contrato que se fizerem necessárias poderão ser efetuadas unilateralmente pela CONTRATANTE ou por acordo das partes, obedecendo ao disposto no art. 65 da lei nº. 8.666/93.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

18.3. Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme §6º do artigo 65 da lei nº. 8.666/93.

## **19. SANÇÕES**

19.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

19.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas.

19.1.2. Multa:

a) Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

19.2. No caso de atraso na entrega ou outra forma de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a CONTRATANTE rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na lei nº 8.666/93.

19.3. Em ocorrendo o descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

19.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, a critério da Autoridade Gestora da CONTRATANTE, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

19.6. O licitante vendedor ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, quando:

- a) Deixar de celebrar ou de assinar o contrato ao ser convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- d) Prestar, sob qualquer forma, declaração falsa;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- f) Não mantiver proposta;
- g) Falhar na execução do contrato;
- h) Fraudar a execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

19.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

19.8. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser quitada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade competente.

## **20. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

20.1. A aplicação de qualquer penalidade obedecerá sempre aos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, motivação e publicidade, entre outros, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.2. Os prazos e demais formalidades referentes à defesa prévia, recurso, representação e pedido de reconsideração, obedecerão àqueles indicados na lei nº 8.666/93, notadamente nos parágrafos 2º e 3º do art. 87 e art. 109.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**21. FISCALIZAÇÃO**

21.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação de recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e será exercido por servidor(es) da Administração, designado(s) na forma do art. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93.

21.2. A qualidade dos serviços será constantemente monitorada visando garantir sua regularidade, devendo a CONTRATANTE intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no contrato administrativo, sempre que se verificar um viés contínuo de desconformidade na prestação dos serviços.

21.3. Em que pese a CONTRATADA ser, exclusivamente, responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se no direito de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, compreendendo a avaliação dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.
- b) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados.
- c) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.
- d) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.
- e) A satisfação do público usuário.

21.4. O(s) fiscal(s) da CONTRATADA promoverá(ão) o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais conforme disposto no § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

21.5. As decisões que ultrapassarem a competência do(s) fiscal(s) deverá(ão) ser reportada(s) aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis, nos termos do §2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

21.6. A CONTRATADA indicará um preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

21.7. Ao(s) fiscal(s) do contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do contrato, além das seguintes:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

a) Solicitar à Contratada a substituição de qualquer material destinado à execução dos serviços, cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda que não atendam às necessidades.

b) Solicitar outras providências que entender necessárias ao bom desempenho da execução dos serviços contratados.

21.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em face dos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, bem como inobservância de legislação pertinente ao tipo de serviço prestado.

21.9. Caso o serviço não esteja sendo executado em conformidade com os parâmetros contratuais, o fiscal discriminará, através de termo, as irregularidades encontradas. Com o recebimento do termo, a CONTRATADA ficará ciente da obrigação de sanar as irregularidades apontadas e estará, conforme o caso, passível de sanções.

21.10. Quaisquer exigências do fiscal, inerentes ao fiel cumprimento do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

21.11. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, quer seja por danos causados direta ou indiretamente à Polícia Federal, ou a terceiros,.

## **22. GARANTIA**

22.1. Para a execução das obrigações assumidas, a SR/DPF/MT exigirá da empresa vencedora, na eventual assinatura do instrumento contratual, **a prestação de garantia correspondente a 3% (três por cento) de seu valor total**, podendo ser utilizada qualquer uma das modalidades prevista no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

22.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal – CEF, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, sendo esta devolvida, atualizada monetariamente pela CEF, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

22.3. Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

22.4. Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a licitante deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

22.5. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

22.6. O valor da garantia se reverterá em favor da CONTRATANTE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos por ventura verificados.

22.7. Havendo interesse em estender a vigência contratual, a CONTRATADA poderá exigir reforço da garantia.

22.8. A Contratada fica obrigada a recompor o valor inicial da garantia nos seguintes casos:

a) Quando for utilizado para ressarcimento de prejuízos.

b) Cobrir multas.

c) Acréscimos/supressões do valor contratado. (art.65, § 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93).

## 23. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2012/2013, na Gestão: 00001 – Tesouro; Programa de Trabalho: 06.122.0750.2000.0001; PI: 702T: Elemento de Despesa: 3390.39.; Fonte: 100. Valor estimado global para a contratação em **R\$ 80.669,64 (oitenta mil seiscientos e sessenta e nove reais, e sessenta e quatro centavos)**

## 24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem onera o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE, em que esta não tenha dado causa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

24.2. Os valores e quantidades indicados para o presente certame licitatório, relativamente à prestação de serviços, constituem mera estimativa de gasto, podendo ocorrer que a CONTRATANTE venha a utilizar valores ou quantidades inferiores àquelas contratadas, ou mesmo nenhuma.

24.3. Após a homologação do procedimento licitatório, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da emissão da Nota de Empenho.

24.4. Os casos omissos e dúvidas suscitadas serão dirimidos por meio de pedidos de esclarecimentos, conforme e-mail e prazo informado no edital. Nesse sentido, demais detalhes não citados neste Termo de Referência referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir sua necessidade, não deverão ser omitidos pela CONTRATADA, não devendo a eventual omissão servir de justificativa para sua não apresentação.

Cuiabá/MT, 29 de novembro de 2012.

ELIEZER GENTIL DE SOUZA  
AGENTE ADMINISTRATIVO  
CHEFE DO SELOG/SR/DPF/MT

**APROVAÇÃO:**

Nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

CÉSAR AUGUSTO MARTINEZ  
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDENTE REGIONAL  
SR/DPF/MT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**ANEXO I**

**ORÇAMENTOS APRESENTADOS**